

AUTISMO: DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA AÇÃO DOCENTE NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM DIAGNÓSTICO TARDIO¹

AUTISM: CHALLENGES AND POTENTIALITIES OF TEACHING ACTION IN THE PROCESS OF SCHOOL INCLUSION OF STUDENTS WITH LATE DIAGNOSIS

Sancleya Azerêdo Quarteza²

Marcia Inês Stefanello Fischborn³

RESUMO: Este trabalho traz o retrato simplificado das ações da escola com alunos que apresentam diagnóstico de autismo e os desafios encontrados pelos docentes das instituições escolares acerca do desenvolvimento integral do indivíduo que, após sua inserção no contexto ensino aprendizagem, é diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Assim, tem como objetivo analisar o processo de Educação Inclusiva ofertada pelos professores nas turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, de uma escola da rede municipal de São Mateus, levando-se em conta expressivamente a inclusão do aluno com necessidades educacionais específicas na sala de aula regular. A pesquisa foi realizada através do Google Forms, de modo online, com sete professores da escola pública de São Mateus- ES. Os resultados sinalizam possíveis ações que serão necessárias para o rompimento dos paradigmas instituídos na aprendizagem para os alunos autistas, elencando possibilidades de caminhos como a formação docente e planejamentos que visam à equidade. Traz, assim, um desenho da realidade encontrada numa escola pública, constatando a necessidade de formação e de uma rede de apoio aos professores e seu alunado.

Palavras-chave: Autismo; Educação; Formação Continuada; Professores.

ABSTRACT: This article presents a simplified portrait of the school's actions with students diagnosed with ASD and the challenges faced by teachers in school institutions regarding the integral development of the individual who, after being inserted into the teaching-learning context, is diagnosed with Autism Spectrum Disorder. Thus, it aims to analyze the process of Inclusive Education offered by teachers in the classes of the Initial Years of Elementary School, of a school in the municipal network of São Mateus, taking into account the inclusion of students with specific educational needs in the regular classroom. The research was conducted through Google Forms, online, with seven teachers from the public school of São Mateus- ES. The results indicate possible actions that will be necessary to break the paradigms established in learning for autistic students, listing possible paths such as teacher training and planning that aim at equality. Thus, it presents a picture of the reality found in a public school, noting the need for training and a support network for teachers and their students.

¹ Trabalho Final de Curso da Pós-Graduação *lato sensu* em Práticas Educacionais do Ifes Campus São Mateus- ES.

² Aluna do curso de Pós- Graduação *lato sensu* em Práticas Educacionais do Ifes Campus São Mateus-ES. Professora e Pedagoga da Rede Municipal de Ensino de São Mateus-ES.

³ Professora orientadora do curso de Pós- Graduação *lato sensu* em Práticas Educacionais do Ifes Campus São Mateus-ES.

Keywords: Autism; Education; Continuing Education; Teachers.

1 INTRODUÇÃO

A elaboração deste artigo traz uma reflexão e a realização de um anseio antigo dentro da minha trajetória dedicada à educação do ensino fundamental nas séries iniciais. Compreender e efetivar o processo de inclusão dos alunos em nossas escolas é, além de um desafio, uma questão de realização profissional.

Neste desejo de aprofundamento dos estudos interpessoais, chama atenção, na minha caminhada profissional, a trajetória de vida e desenvolvimento integral dos autistas, que têm sido palco de discussões em vários setores da educação e, de modo geral, na sociedade. Esses indivíduos, por direito, estão adentrando nas universidades, no mercado de trabalho, na mídia, nas escolas e em vários outros lugares. Contudo, é desafiador imaginar que, neste universo de possibilidades futuras, esse indivíduo passa por entraves no início de sua escolarização para chegar à vida adulta com êxito em alguma área de destaque social.

Pensar e agir em uma educação inclusiva em que os alunos com alguma deficiência estudam juntamente com os demais considerados “normais” para aprenderem a se comunicar, interagir e socializar, ou seja, iniciando uma inclusão sistemática, evitando a segregação, seria a constante primordial para garantir o sucesso de todos os indivíduos no processo ensino e aprendizagem e em sua formação como cidadãos.

Com isso, a intenção é que este trabalho proporcione reflexões e elementos que auxiliem na garantia de que todos os alunos, sem distinção, possam ter acesso, permanência e aprendizagem na escola. Conforme estabelecido na conhecida Declaração de Salamanca, enfatizando a proposta de Educação Inclusiva, as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, culturais entre outras especificidades. (Unesco, 1994).

Nesta linha, é preciso relacionar o convívio e o entendimento dos alunos com necessidades educacionais específicas quanto aos seus processos de aprendizagem e necessidades de acesso, pois, ao ingressarem nas classes regulares de ensino, demonstram aparentemente um funcionamento intelectual abaixo da média, comparado ao período de desenvolvimento etário dito esperado, e com limitações

associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho em atividades familiares e na comunidade, independência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho.

Considerando que o sistema de ensino escolar está engajado para esse desdobramento de diversidade, desenvolvendo um projeto político pedagógico que envolva estes alunos, tendo instrumental didático, esclarecimento sobre as necessidades educacionais específicas do aluno, acessibilidade, entre muitas outras coisas, ainda é perceptível que muitos docentes e toda a equipe técnica administrativa não sabem nem por onde começar, ficando muitas vezes perdidos com esses alunos dentro de sala de aula ocasionando, assim, involuntariamente, a tentativa de homogeneização dos alunos, trazendo consequências traumatizantes para estes.

Importante ressaltar que, em nosso país, a Educação Inclusiva vem sendo estabelecida como política pública, respaldada por legislação a nível nacional, estadual e municipal, desde meados dos anos 90, e que, justamente na legislação educacional vigente, consta no Capítulo V da LDB 9394/96 (Brasil, 1996), a Educação Especial como sendo uma modalidade oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com deficiência. Para tal, os sistemas de ensino oferecerão: adequações curriculares; terminalidade específica ou aceleração de conclusão da escolaridade; professores especializados e docentes do ensino comum capacitados; educação especial para o trabalho.

Por todos esses agravantes e muitos outros, se faz essencial a presença de um professor especialista dentro da sala de aula, orientando e ajudando tanto os alunos com necessidades educativas específicas quanto os demais agentes educativos para que esta inclusão não fique só no papel, mas se desenvolva de forma eficaz e não discriminatória e que promova a visibilidade do educando.

Esta valorização da diversidade, como condição de equidade, é bem expressa por Boaventura de Souza Santos, em um já conhecido texto:

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí, a necessidade de uma

igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza desigualdades (Santos, 1999, p.56).

Nesse sentido, faz-se necessário este estudo, pois esta é uma real parceria para o desenvolvimento desta área, colaborando para orientar melhor todos os envolvidos na ação docente, concretizando em uma educação inclusiva concisa e eficiente para atender melhor os alunos com características específicas. Isso nos remete ao atendimento educacional especializado e a sua Política Nacional de Educação Especial (MEC/SEEP, 1994), pois entendemos que não basta que uma proposta se torne lei para que ela seja aplicada.

Sendo assim, este artigo tem como objetivo principal analisar o processo de Educação Inclusiva ofertada pelos professores nas turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, de uma escola da rede municipal de São Mateus, levando-se em conta expressivamente a inclusão do aluno com autismo na sala de aula regular.

Este artigo intenciona a análise da situação de uma escola municipal de São Mateus – ES, seu conhecimento e envolvimento com os pressupostos teóricos e práticos atuais que regem o processo educativo referente aos alunos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista(TEA); averiguar se o seu processo de inclusão escolar está distanciado de uma proposta didática tradicional, que desconsidera a diversidade da turma com um todo; ou se o cenário viabiliza o processo de ensino aprendizagem de todos os alunos, não somente os com condições especiais, mas, sobretudo, aqueles mais comprometidos e/ou com dificuldades cognitivas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação, como mola propulsora para o desenvolvimento da sociedade, traz uma discussão sobre a necessidade de priorizarmos a qualidade e o envolvimento dos alunos no processo de conhecimento para que este seja cada vez mais significativo e pleno.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC-SEESP, 1998), a escola inclusiva

[...] implica em uma nova postura da escola regular que deve propor no projeto político-pedagógico, no currículo, na metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino, ações que favoreçam a inclusão social e práticas educativas diferenciadas que atendam a todos os alunos. Pois, numa escola inclusiva a diversidade é valorizada em detrimento da homogeneidade”

A palavra incluir vem ilustrando várias literaturas com argumentações fundamentais para acionar a prática com firmeza e efeito.

Segundo estudo de Glat, Ferreira, Oliveira e Senna (2003):

Os atuais desafios da Educação Inclusiva brasileira centram-se na necessidade de desenvolver instrumentos de monitoramento sistemáticos (indicadores dos programas implantados), realização de pesquisas qualitativas e quantitativas que possam evidenciar os resultados dos programas implantados e identificação de experiências de sucesso; implantação de programas de capacitação de recursos humanos que incluam a formação de professores dentro da realidade das escolas e na sala de aula regular do sistema de ensino (p.35).

A reflexão acima ressalta quanto desafiadora se apresenta a Educação Inclusiva, tendo em vista a necessidade de construção dos planos estratégicos com programas que socializam experiências eficientes de formação contínua, que respeite seus contextos, tornando as escolas capazes de valorizar e utilizar os recursos próprios para realização de ações assertivas.

Apesar do contexto geral dos direitos de todos à Educação, no Brasil, garantidos por legislações diversas, ainda assim, nota-se a existência do indivíduo que adentra no contexto escolar e se sente dissociado do todo por apresentar características e especificidades diferenciadas que impedem seu desenvolvimento integral de suas habilidades, e de apresentar resultados tão interessantes e que atendam aos objetivos e conteúdos listados nos currículos generalizados. Este educando, supostamente com diagnóstico futuro de TEA, entra na escola e após diagnósticos pedagógicos e comportamentais, percebe-se a necessidade de maiores investigações clínicas, pois seu diagnóstico pode ser considerado um pouco tardio, contudo, jamais desnecessário.

De acordo com o DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos

Mentais, 5ª Edição), desenvolvido pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) que serve como referência global para profissionais da saúde mental no diagnóstico e classificação de transtornos mentais, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), apresenta o suporte para identificar diferentes condições, padronizando sintomas e comportamentos comuns, descrevendo o diagnóstico de disfunções psíquicas e o tratamento dos déficits persistentes em dois domínios principais: comunicação social e interação social; e por padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades. Contudo, tais características apresentam-se em diferentes níveis de severidade nas pessoas com esse transtorno; por isso, vem sendo utilizada, ao longo dos últimos anos, a expressão “espectro autista” para indicar essa variabilidade nos quadros clínicos. As características do TEA são manifestadas precocemente, sendo de fundamental importância o diagnóstico e os estímulos nos anos iniciais

Importante ressaltar que o tratamento com estimulação precoce deve ser reverenciado em qualquer caso de suspeita de TEA ou desenvolvimento atípico da criança, mesmo com ausência de confirmação diagnóstica. A estimulação e o diagnóstico precoce do TEA podem contribuir para a melhoria do desenvolvimento da criança, permitindo a aquisição de habilidades que interferem no aprendizado, na interação social e na qualidade de vida.

Autores como Lemos, Salomão e Agripino-Ramos (2014) ressaltam acerca da inclusão escolar de crianças com TEA, já que essa prática é relevante, uma vez que os educadores são os mediadores das interações no ambiente escolar e demonstram a participação dessas crianças nas interações com pares, levando em conta as peculiaridades do transtorno, o nível de comprometimento das crianças e o contexto.

No entanto, dentre os diversos problemas, que dificultam o trabalho docente, conforme sugerem Lemos, Salomão e Agripino-Ramos (2014), está a não realização de intervenções diferenciadas com relação aos alunos com TEA, pois tem que atender a todos os outros alunos neurotípicos que apresentam necessidades educativas diversas também.

Não realizar intervenções adequadas, nas salas de aula, com esses estudantes acarreta-lhes atraso na aprendizagem e em seu desenvolvimento global.

3 METODOLOGIA

Este trabalho tem uma abordagem qualitativa, exploratória de campo, tracejando um perfil da vivência escolar no que propõe a teoria na área da educação inclusiva. A pesquisa foi realizada em uma escola municipal de ensino fundamental, de São Mateus, ES, cujos participantes são os professores de classes regulares e especialistas em educação da rede pública municipal, sendo sete professores de classes regulares e áreas específicas (Educação Física, Musicalização, Artes e Filosofia).

Como instrumentos de coleta de dados, foram realizados questionários investigativos no modo online, via Google Docs., a fim de verificar o perfil dos envolvidos no processo educacional dos estudantes diagnosticados autistas no decorrer do processo de escolarização, suas práticas docentes e os recursos usados por estes em sala de aula, bem como seus conhecimentos acerca das políticas públicas que regem o exercício das suas funções.

O questionário foi aplicado e consolidado para mapear e analisar as possíveis fragilidades e avanços na efetivação do processo de ensino aprendizagem dos estudantes de modo geral, e sublinhando de modo específico com o trabalho realizado com os educandos. Para tanto, houve anonimato no preenchimento dos formulários dos professores e especialistas em educação da referida escola.

Os dados foram tabulados e organizados em artigo, enfatizando os posicionamentos individuais e/ou de grupos de professores. Tais resultados foram analisados à luz da literatura, buscando aproximações das respostas dos professores com os pressupostos e estudos dos autores elencados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos questionários, enviados aos participantes da rede pública municipal, clarifica a real situação do atendimento especializado aos educandos com TEA. Foram colaboradores desse processo de análise sete professores de classes regulares e áreas específicas, que se dispuseram a contribuir para esta reflexão acerca do seu alunado de modo geral e o contexto inclusivo dos alunos com TEA.

Dessa maneira, esquematizou-se a consolidação dos dados obtidos, que foram compilados em forma de artigo para ser compartilhado, posteriormente, com

grupos de reflexão sobre a prática de nossas escolas, no que tange ao trabalho com o público da educação especial, descrevendo suas peculiaridades no contexto inclusivo.

Durante as entrevistas, ficou evidente que há grande necessidade de formação docente, informação que se mostra presente em todos os relatos e traz a urgente necessidade de investimento por parte de todos os segmentos da sociedade civil organizada.

Com suas respostas, nota-se que os docentes se esforçam para oferecer o necessário para a inclusão dos alunos diagnosticados com TEA em todos os planejamentos de aulas e projetos coletivos, entretanto, ainda são encontradas barreiras que os impedem de atingir o sucesso dos alunos e garantir a equidade de acesso, tais como: carência de formação inicial e continuada para docentes, ausência de infraestruturas adequadas, necessidade de acompanhantes (cuidadores) para auxiliar o educando nas necessidades primárias (higiene, alimentação, amparo psicológico, socialização entre outros), dificuldade de contratação de profissionais que tenham capacitação e informações mínimas para lidar com cada criança que apresenta características únicas.

No questionário, foi lhes perguntado acerca das formações tanto iniciais quanto continuadas dos servidores ligados diretamente ao processo educacional dos educandos com TEA. As respostas deixaram claro que é necessário um estudo com reflexões alusivas à garantia das reais necessidades das escolas, um currículo capaz de dar conta da formação do profissional da educação com ênfase nas particularidades de cada educando e alvejando, de modo positivo, o aprofundamento de discussões e reflexões acerca do TEA. De acordo com Zanatta (2005), esse modelo contempla estudos acerca da prática pedagógica ou indica os caminhos que levam o profissional a tornar-se um crítico consciente da sua própria ação (Zanatta, 2005, p. 64).

Além de outros aspectos, fica perceptivelmente claro porque uma das principais barreiras para a transformação da política de Educação Inclusiva em práticas pedagógicas efetivas é a formação dos professores e demais agentes educacionais para trabalhar com a diversidade, principalmente com alunos com indicativos de problemas cognitivos, sensoriais, psicomotores e/ ou emocionais, na complexidade de uma turma comum. Existem muitos obstáculos que impedem que a

política de inclusão aconteça plenamente em nosso cotidiano. Entre estas, a principal, sem dúvida, é o despreparo dos professores do ensino regular para receberem em suas salas de aulas, geralmente repletas de alunos com os mais variados problemas sociais, disciplinares e aprendizagens (Bueno, 1999).

Investigar a formação docente dos professores do ensino fundamental, da rede municipal de ensino de São Mateus, é um desafio, pois observar o perfil, suas concepções quanto ao processo de inclusão dos alunos com diagnóstico de Autismo, sem criar definições de possíveis culpados ou causadores de uma exclusão visível. No entanto, ficou evidenciado nos resultados que existe uma preocupação latente dos servidores envolvidos, contudo, ficou clara a impotência que aparentam mediante a realização de seu trabalho. Sentem a necessidade de formação, mas o ponto mais relevante pontuado seria a ausência da rede de apoio para a execução de seu planejamento no cotidiano escolar.

As necessidades formativas para lidar com todos os alunos na sala regular, independentemente de ser autista, também foram elencados nos resultados. Lidar com o aluno recentemente diagnosticado com TEA e não pormenorizar as dificuldades das aprendizagens dos demais alunos sem diagnóstico são desafios que diariamente os profissionais da educação enfrentam nas escolas públicas. Nesse contexto de análise, o planejamento das ações levando em conta as especificidades de todos os alunos é de extrema necessidade com a elaboração de estratégias que respeitem as condições visuais e auditivas dos alunos com TEA para que não lhes causem irritabilidade e rejeição das proposições das atividades, pois a hipersensibilidade a barulhos e luminosidade são características marcantes desses indivíduos e que afetam muito seu desempenho quando não adequadas.

Segundo Locateli (2021), o impacto do TEA na educação é amplo e varia de acordo com o grau de gravidade e as necessidades individuais de cada aluno, alunos com TEA podem enfrentar desafios significativos na sala de aula, incluindo dificuldades de comunicação, interação social e adaptação a mudanças na rotina. As questões ambientais, sejam elas visuais ou auditivas, são importantes e precisam ser analisadas, o local onde as atividades são realizadas, a qualidade do som e volume, as cores utilizadas, o tempo para as atividades para não ficarem cansativas, a linguagem simples, o atendimento individualizado, dentre outros cuidados. Todo esse contexto é bem descrito pelos profissionais que se dispuseram a relatar na pesquisa

como fatores norteadores de suas sequências didáticas. A participação de todos os alunos, sem complexidade para desestimular, precisa ser incentivada, estimulada que cada um demonstre sua proficiência, valorizando com bastante intensidade para a criança com TEA se sinta incluída e as demais também. Esse acolhimento afetará a coletividade com êxito.

Contudo, é nítida a existência de diversas peculiaridades, que ainda dificultam o trabalho docente, e se mostram resistentes na realidade escolar. Importante ressaltar as ponderações de Lemos, Salomão e Agripino-Ramos (2014), quanto a não realização de intervenções diferenciadas com os alunos com TEA, pois o professor tem que atender a todos os outros alunos neurotípicos, que apresentam necessidades educativas diversas também, ou seja, é frustrante a situação de ter que fazer atendimento a um universo de diversidade escolar, com a inclusão do aluno com TEA e sem nenhum tipo de apoio multidisciplinar e familiar. Isso ficou evidente na pergunta sobre as principais dúvidas e dificuldades percebidas por todos os profissionais da educação que lidam diretamente com os educandos que passam por investigação de um possível Transtorno do Espectro Autista.

Diante dessa perspectiva de resultados, fica estabelecida a necessidade de formações continuadas dos docentes configurando um estudo que venha delinear reflexões e planejamentos específicos para garantir um fazer pedagógico que contemple um currículo capaz de nortear e superar todos os percalços estabelecidos na trajetória do ensino- aprendizagem de todos os educandos e especialmente, dos alunos com pré e pós diagnóstico de TEA. Espera-se que essas inferências reflexivas venham a contemplar estudos acerca da prática pedagógica ou possam indicar os caminhos que levariam o profissional a tornar-se um crítico consciente da sua própria ação. (Zanata, 2005, p. 64).

Sobre a proposta teórica e metodológica utilizada em sua sala de aula, o perfil dos professores sobre as abordagens, métodos e práticas pedagógicas que regem seu trabalho, os entraves enfrentados, o tipo de formação continuada que tem sido ofertada e quais as reais carências, se consolidam como real colaboração ao desenvolvimento desta área. Assim, na medida que mais discussões forem realizadas acerca dessa temática, elencando onde existem lacunas e, possivelmente divulgadas em socialização com debate em momentos oportunos de formação, seja o ponto mais alto na ação contribuinte de orientação de todos os envolvidos na

ação docente, concretizando uma educação inclusiva concisa e eficiente, atendendo com precisão os alunos com condições específicas em sua integralidade.

Segundo Medeiros (2021), muitos educadores podem não estar completamente familiarizados com as características do TEA e as melhores práticas para apoiar alunos com essa condição. Ao serem perguntados sobre as principais dificuldades encontradas para o ensino na sala de aula regular, em termos de aprendizagem e técnicas de ensino, alguns professores alegam que têm dificuldade de trabalhar com a diversidade dentro da sala de aula, pois não foram preparados para isso e que fazem o que podem. As estratégias e práticas inclusivas, adaptações curriculares e pedagógicas, uso de tecnologia assistiva e formação de professores e equipes escolares são pilares fundamentais para promover a inclusão educacional de alunos com necessidades especiais. Esses elementos desempenham um papel crucial na criação de ambientes educacionais que atendam às necessidades individuais de todos os alunos, independentemente de suas habilidades e limitações (Pereira, et al. 2021). No entanto, esbarram numa série de obstáculos de ordem material e física com a ausência de profissionais para orientá-los, e cursos enriquecedores de formação que possam ajudá-los.

Os depoimentos são semelhantes, posturas similares, ou seja, professores iniciantes e/ou com uma vasta experiência de anos de prática apresentam dificuldades parecidas, a perceber que tanto a formação inicial quanto a continuada, apresentam carências e necessidades de implementação. É visível que uma parcela considerável de professores com formação deficitária, sentem-se despreparados para tal empreitada, muitos não têm domínio de como o aluno com TEA se desenvolve, de como se dá o processo de ensino-aprendizagem, de práticas que contemplem a diversidade e o respeito a diferença.

Com relação aos documentos legais e a legislação específica da Educação Especial, todos mostram que têm conhecimentos, no entanto, também foram unânimes em dizer que, do jeito que a inclusão está sendo realizada, só acontece mesmo no papel.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar as opiniões dos professores, que lidam com turmas que possuem alunos com TEA, de uma escola pública de São Mateus- ES, foi possível

perceber que, com suas estratégias de ensino e angústias, vêm à tona percalços e impedimentos que ainda necessitam de ações para o alcance de resultados satisfatórios. As lacunas existentes são obstáculos que precisam ser identificados e que, muitas vezes, frustram os docentes, pois não conseguem enxergar seu trabalho na coletividade mesmo quando tentam observar a especificidade de cada estudante.

É importante salientar que alguns desses profissionais demonstram resistência a certas mudanças propostas tanto nos cursos de formação continuada quanto por algumas leis. Alegam que a mudança ou proposta de inclusão acontece de cima para baixo, de forma coercitiva, e que reforça a exclusão social. Entretanto, para que haja mudanças concretas é preciso que todos estejam realmente abertos a elas. Principalmente no caso do professor, afinal, ele é peça fundamental desta engrenagem, já que, somente com seu empenho, o processo ensino aprendizagem de qualquer educando, independentemente de qualquer nível de deficiência, ficará comprometido, positivamente ou negativamente.

Desta maneira, o educador que se faz presente nas formações, procurando sempre que possível estudar o caso de cada aluno de sua sala regular que procura saber se o educando está acompanhado por equipe multidisciplinar ou outros profissionais (aqui nos referimos a neurologistas, psicólogas, fonoaudiólogas, psicopedagogas, terapeutas ocupacionais, entre outros) e munidos destas informações, elaborar um PDI (Plano de Desenvolvimento Individualizado) para delimitar a melhor forma de se trabalhar com este aluno, assim, o sucesso individualizado esperado será inevitável. Não é possível estabelecer níveis de sucesso, pois cada indivíduo é uma caixinha de surpresas, sem limitações, mas com diversidade de aptidões.

Finalmente, nos perguntamos como modificar a atual situação. Não existem soluções mágicas. Na educação, a conquista é processual e lenta. Fazer agora para colher os frutos daqui alguns anos. Acreditamos que a pessoa que procura esta área educacional, ou seja, ser um professor, tem que estar muito consciente de como pretende agir. É preciso ter firmeza na escolha de ser um educador. As dificuldades são tantas, no entanto, se faz necessário atuar na profissão que se ama, sem constrangimentos para o docente e muito menos para o discente.

A análise mais global permite a constatação da existência de outros fatores que também emperram o desenvolvimento da educação especial além da rede de

apoio, são eles: currículo não adequado, falta de material pedagógico, falta de espaço físico, poucos profissionais qualificados, dificuldade no acesso à infraestrutura, entre outras coisas.

Ademais, o comodismo não pode dominar os educadores. É preciso cautela para admitir uma ideia de escola democrática sem demagogia e a instituição escolar será cada vez mais democrática, à medida que acolher a todos, educar e ensinar, respeitando as diferenças individuais e, principalmente estimulando o desenvolvimento da capacidade do aluno em aprender, independente do lugar que ele esteja matriculado.

A proposta da educação inclusiva precisa buscar soluções para a convivência, derrubando todo tipo de barreira física, social e psicológica, que impeçam a diversidade de circular no espaço comum. A herança de uma sociedade excludente e separatista dificulta todo o processo inclusivo que cultua a produtividade, o sucesso e a competição. Com isso, fica claro, a partir dos resultados do presente estudo, que a política atual da inclusão se constitui em uma prática ainda incipiente, singular de inserção e às vezes até assistencialista, não atendendo a proposta de incentivo e desenvolvimento das habilidades e competências dos educandos que possuem diagnóstico de TEA e os demais.

Conclui-se que é inevitável adotar um conceito de educação inclusiva que tenha como objetivo a necessidade de garantir o acesso ao conhecimento e não apenas a socialização com aspectos assistencialistas. É necessário trazer à veia educacional formações e/ou discussões que promovam a alegria da aceitação do outro como ser humano que pertence ao todo sem restrições, deixando de lado a decisão por uma política inclusiva radical e obrigatória como única opção para os alunos com Transtorno do Espectro Autista que desconsidere os diversos aspectos que influenciam desde o desenvolvimento basal até a integralidade. Essa visão monocrática culminará em consequências trágicas para uma institucionalização eficaz deste processo, efetivando uma exclusão social ainda maior e mais permanente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Justiça/Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. edição 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9394, 23 de dezembro de 1.996 Brasília:

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Secretaria de Educação Especial. Educação Especial no Brasil**. Série: Institucional 2, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial**, 1998.

BUENO, J. G. da S. Crianças com necessidades educativas especiais, políticas públicas e a formação de professores: generalistas ou especialistas? In: **Revista Brasileira da Educação Especial**, v. 3 n. 5. Piracicaba/S.P, UNIMEP, pp.7 – 25, 1999.

FERREIRA, J. R. e GLAT, R. Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização. In: Souza, D. B. & Faria, L. C. M. (Orgs.) **Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós- LDB**, p. 372-390. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LEMO, E. L. de M. D.; SALOMÃO, N. M. R.; AGRIPINO-RAMOS, C. S. **Inclusão de crianças autistas**: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 20, p. 117-130, 2014. doi: 10.1590/1984-0292/1229

LOCATELLI, Paula Borges; SANTOS, Mariana Fernandes Ramos. Autismo: propostas de intervenção. **Revista Transformar**, v. 8, n. 8, p. 203-220, 2021.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5 / [American Psychiatric Association ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. 5. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

MEDEIROS, Dailma da Silva. As contribuições da análise do comportamento (aba) para a aprendizagem de pessoas com autismo: uma revisão da literatura. **Estudos IAT**, v. 6, n. 1, p. 63-83, 2021.

PEREIRA, Josicleia Ribeiro Santana et al. Autismo: lidando com as dificuldades e perspectivas do cuidado. **Caderno de Graduação-Ciências Biológicas e da Saúde-UNIT-SERGIPE**, v. 6, n. 3, p. 33-33, 2021.

SANTOS, B. S. **Pela Mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo, Cortez, 1999.

ZANATA, E.M. **Práticas pedagógicas inclusivas para alunos surdos numa perspectiva colaborativa**. Tese de Doutorado – UFSCar: São Paulo, 2004.